



225

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 203481-1/01

Agravante: Bradesco Seguros S/A

Agravado: Paulo Scherpack Kaufman e Tânia Neumann Kaufman

Origem: 34ª Vara Cível Recife-PE

5ª CÂMARA CÍVEL

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

R
5469

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO QUE, COM BASE NO ART. 557, CPC, NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. PRELIMINARES DE PREVENÇÃO E PRESCRIÇÃO. REJEITADAS. MÉRITO. PLANO DE SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE DO REAJUSTE DE MENSALIDADE EM RAZÃO DA MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA, AINDA QUE O IMPLEMENTO DA IDADE TENHA OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO. RECURSO NÃO PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Interno nº203481-1/01, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quinta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, mantendo-se inalterada a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 27 de 07 de 2010.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva.
Relator



226

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 203481-1/01

Agravante: Bradesco Seguros S/A

Agravado: Paulo Scherpack Kaufman e Tânia Neumann Kaufman

Origem: 34ª Vara Cível Recife-PE

5ª CÂMARA CÍVEL

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo, mais propriamente denominado de agravo interno, previsto no artigo 557, § 1º do Código de Processo Civil.

O presente remédio impugnativo tem por finalidade rever a decisão monocrática final (terminativa) proferida por este juízo no procedimento de recurso de apelação, nº203481-1. Façamos, porquanto necessário, um breve relato do recurso por último referido.

Para tanto cumpre registrar que o MM Juízo *a quo* julgou *"PROCEDENTE o pedido formulado às fls.02, e, de consequência, torna-se definitiva a medida antecipatória de fls.97/101, com a declaração da nulidade das cláusulas 14.1, 14.2 e 14.3 insertas no Contrato aderido pelos Demandantes, condenando-se a BRADESCO SAUDE S/A, na pessoa de seu Representante Legal, à obrigação de desconstituir os reajustes praticados por força de mudança de faixa aos prêmios dos segurados a partir de abril/2004, abstendo-se de realizar novas alterações nas mensalidades em razão da idade, ressalvados os reajustes anuais decorrentes de índices autorizados pelo Governo, condenando-a ainda à obrigação de restituir aos Demandantes, de forma simples, os valores cobrados a maior decorrentes da mudança de faixa etária e em razão da idade após abril/04, corrigidos pela tabela do ENCOGE e acrescidos de juros de 1% ao mês, ambos a fluir da citação"*

Por sua vez, a Bradesco Seguros S/A apresentou recurso de apelação, fls.205/231, suscitando, preliminarmente, a prevenção do Des.Milton Neves para julgamento deste recurso, em razão do agravo de instrumento nº174314-8. Aduziu, ainda em preliminar, a prescrição da pretensão autoral, uma vez que a ação do segurado contra o segurador prescreve em um ano.

No mérito, pleiteou a reforma da sentença, argumentando que o contrato firmado entre as partes se deu antes da vigência do Estatuto do Idoso e, portanto, cabível os reajustes em razão de mudanças de faixa etária. Requereu, alternativamente, que o prêmio seja fixado na importância de R\$2.188,78 (dois mil cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), uma vez que este seria o valor do prêmio recalculado apenas com os reajustes decorrentes de índices autorizados pelo Governo.



227

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recebendo o recurso, entendeu-se, pelas razões a serem elencadas no voto doravante a ser proferido, em negar provimento a ele.

Novamente irresignado, o agravante apresentou o presente recurso de agravo, com o fim de ver o seu pleito apreciado por este Órgão Colegiado.

É o relatório.

Recife, de de 2010.

Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Relator



228

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Recurso de Agravo nº 203481-1/01

Agravante: Bradesco Seguros S/A

Agravado: Paulo Scherpack Kaufman e Tânia Neumann Kaufman

Origem: 34ª Vara Cível Recife-PE

5ª CÂMARA CÍVEL

Relator: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

VOTO

Senhor Presidente,
Senhor Procurador de Justiça,
Senhores Desembargadores.

Passa-se a analisar as assertivas do agravante. Peço vênica para transcrever os fundamentos do *decisum* atacado.

"(...)Preliminar de prevenção

A apelante afirma que o Des.Milton Neves está prevento para o julgamento desta apelação, uma vez que é o relator do agravo de instrumento nº174314-8, oriundo de ação civil pública promovida contra a Bradesco Seguros S/A pela Associação dos Usuários de Planos e Seguros Saúde – Aduseps, em que persegue o mesmo fim.

Consultando o JudWin, observa-se que o mencionado agravo de instrumento obteve julgamento de mérito em 15 de setembro de 2008. Ademais, não restou clara a existência de uma possível conexão entre os aludidos recursos, bem como, será demonstrado a seguir, que a matéria posta em juízo já possui jurisprudência firmada no C. Superior Tribunal de Justiça, de forma que o julgamento do presente recurso por esta relatoria não acarreta prejuízo para qualquer das partes. Assim sendo, rejeito esta preliminar.

Preliminar Prescrição

A apelante pretende ver reconhecida a prescrição anual prevista no art.206, §1º, II do Código Civil. Contudo, entendo que por se tratar de relação regida pelo Código de Defesa do Consumidor deve ser aplicado os termos da Lei 8.078/90, mais precisamente o art.27, o qual prevê um prazo prescricional de 5 (cinco) anos, iniciando-se a contagem a partir do conhecimento do dano. Portanto, inexistente prescrição no caso em tela, devendo ser mantidos os termos da sentença nesse ponto. De forma que, inacolho esta preliminar.

Mérito

mdr



229

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

No caso em tela, os autores firmaram contrato de seguro saúde com a apelante em 29/11/1994. Asseveram que, em março de 2004, pagavam o valor de R\$1.180,67 (um mil cento e oitenta reais e sessenta e sete centavos) a título de mensalidade. Ocorre que, em junho de 2008, o valor cobrado perfazia o montante de R\$2.527,04 (dois mil, quinhentos e vinte e sete reais e quatro centavos), o que caracteriza um aumento abusivo, totalizando um percentual de 114,03%, consoante se observa nos documentos de fls.71/90.

Os reajustes foram realizados em virtude de mudanças de faixa etária, uma vez que ambos os autores já contam com mais de 72 anos de idade. Não houve, desta feita, a observância da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), que em seu art.15, §3º, prevê o seguinte:

"Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

(...)

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade."

Em suas alegações, a apelante afirma que a decisão de afastar o reajuste em razão da variação de faixa etária nas apólices dos consumidores maiores de sessenta anos poderá acarretar consequências desastrosas para esse mercado e para essa massa de seguradores, bem como que é fato normal que as pessoas com idades mais avançadas estejam sujeitas a maior quantidade de problemas de saúde e, por consequência, se utilizam do seguro saúde com maior frequência.

Alegou, também, a impossibilidade de aplicação das leis supervenientes, ou seja, até o advento da Lei 10.741/2003, a apelante estabelecia em seus contratos seis níveis de faixa etária em que ocorreriam os respectivos reajustes. Asseverou que no caso em apreço o contrato fora firmado em 1994, bem antes da edição do Estatuto do Idoso. Portanto, não há qualquer ilegalidade nos reajustes das apólices dos apelados.

Argumentou, ainda, que admitir que os contratos celebrados antes da vigência do Estatuto do Idoso venham a sofrer seu efeito, afronta tanto o princípio do *tempus regit actum*, como também do ato jurídico perfeito.

O cerne da questão diz respeito à aplicação do Estatuto do Idoso ao contrato firmado antes da sua vigência.

Em que pese as alegações da apelante, a jurisprudência pátria já firmou entendimento no sentido de que o interesse social que advém do Estatuto do Idoso, exige sua incidência aos contratos de trato sucessivo,

mdr



230

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

assim considerados os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do Estatuto Protetivo. Assim sendo, o reajuste de mensalidades em razão de mudança de faixa etária afigura-se ilegal, uma vez que o Estatuto do Idoso veda a discriminação da pessoa idosa com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade (art. 15, § 3º).

Nesse sentido, vejamos a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“(...) Direito civil e processual civil. **Estatuto do Idoso.**

Planos de Saúde. Reajuste de mensalidades em razão de mudança de faixa etária. Vedação.

- O plano de assistência à saúde é contrato de trato sucessivo, por prazo indeterminado, a envolver transferência onerosa de riscos, que possam afetar futuramente a saúde do consumidor e seus dependentes, mediante a prestação de serviços de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, diretamente ou por meio de rede credenciada, ou ainda pelo simples reembolso das despesas.

- Como característica principal, sobressai o fato de envolver execução periódica ou continuada, por se tratar de contrato de fazer de longa duração, que se prolonga no tempo; os direitos e obrigações dele decorrentes são exercidos por tempo indeterminado e sucessivamente.

- Ao firmar contrato de plano de saúde, o consumidor tem como objetivo primordial a garantia de que, no futuro, quando ele e sua família necessitarem, obterá a cobertura nos termos em contratada.

- O interesse social que subjaz do Estatuto do Idoso, exige sua incidência aos contratos de trato sucessivo, assim considerados os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do Estatuto Protetivo.

- Deve ser declarada a abusividade e conseqüente nulidade de cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidade de plano de saúde calcada exclusivamente na mudança de faixa etária – de 60 e 70 anos respectivamente, no percentual de 100% e 200%, ambas inseridas no âmbito de proteção do Estatuto do Idoso.

- Veda-se a discriminação do idoso em razão da idade, nos termos do art. 15, §3º, do Estatuto do Idoso, o que impede especificamente o reajuste das mensalidades dos planos de saúde que se derem por mudança de faixa etária; tal vedação não envolve, portanto, os demais reajustes permitidos em lei, os quais ficam garantidos às empresas prestadoras de planos de saúde, sempre ressalvada a abusividade.

Recurso especial conhecido e provido. (REsp 989.380/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 20/11/2008) (...)”

“Direito civil e processual civil. **Recurso especial. Ação revisional de contrato de plano de saúde. Reajuste em decorrência de mudança de faixa etária. Estatuto do idoso. Vedada a discriminação em razão da idade.**

mdr



231

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

- O Estatuto do Idoso veda a discriminação da pessoa idosa com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade (art. 15, § 3º).

- Se o implemento da idade, que confere à pessoa a condição jurídica de idosa, realizou-se sob a égide do Estatuto do Idoso, não estará o consumidor usuário do plano de saúde sujeito ao reajuste estipulado no contrato, por mudança de faixa etária.

- A previsão de reajuste contida na cláusula depende de um elemento básico prescrito na lei e o contrato só poderá operar seus efeitos no tocante à majoração das mensalidades do plano de saúde, quando satisfeita a condição contratual e legal, qual seja, o implemento da idade de 60 anos.

- Enquanto o contratante não atinge o patamar etário preestabelecido, os efeitos da cláusula permanecem condicionados a evento futuro e incerto, não se caracterizando o ato jurídico perfeito, tampouco se configurando o direito adquirido da empresa seguradora, qual seja, de receber os valores de acordo com o reajuste predefinido.

- Apenas como reforço argumentativo, porquanto não prequestionada a matéria jurídica, ressalte-se que o art. 15 da Lei n.º 9.656/98 faculta a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de planos de saúde em razão da idade do consumidor, desde que estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajuste incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS. No entanto, o próprio parágrafo único do aludido dispositivo legal veda tal variação para consumidores com idade superior a 60 anos.

- E mesmo para os contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei nº 9.656/98, qualquer variação na contraprestação pecuniária para consumidores com mais de 60 anos de idade está sujeita à autorização prévia da ANS (art. 35-E da Lei n.º 9.656/98).

- Sob tal encadeamento lógico, o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades com base exclusivamente no alçar da idade de 60 anos, pela própria proteção oferecida pela Lei dos Planos de Saúde e, ainda, por efeito reflexo da Constituição Federal que estabelece norma de defesa do idoso no art. 230.

- A abusividade na variação das contraprestações pecuniárias deverá ser aferida em cada caso concreto, diante dos elementos que o Tribunal de origem dispuser.

- Por fim, destaque-se que não se está aqui alçando o idoso a condição que o coloque à margem do sistema privado de planos de assistência à saúde, porquanto estará ele sujeito a todo o regramento emanado em lei e decorrente das estipulações em contratos que entabular, ressalvada a constatação de abusividade que, como em qualquer contrato de consumo que busca primordialmente o equilíbrio entre as partes, restará afastada por norma de ordem pública.

Recurso especial não conhecido. (REsp 809.329/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2008, DJe 11/04/2008)"



232

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

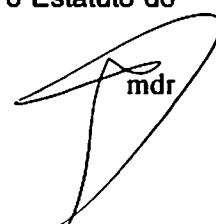
"AGRAVO REGIMENTAL - PLANO DE SAÚDE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA - ACÓRDÃO QUE ANALISOU FUNDAMENTADAMENTE TODA A CONTROVÉRSIA - REAJUSTE DAS MENSALIDADES - CONSUMIDOR MAIOR DE 60 ANOS - AUMENTO - LIMITAÇÃO - POSSIBILIDADE, AINDA QUE O IMPLEMENTO DA IDADE TENHA OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ - ABUSIVIDADE - ENTENDIMENTO OBTIDO DA INTERPRETAÇÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E DO CONTRATO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME NESTA INSTÂNCIA ESPECIAL - APLICAÇÃO DAS SÚMULAS NS. 5 E 7/STJ - DECISÃO MANTIDA POR OUTRO FUNDAMENTO - RECURSO IMPROVIDO. (AgRg no Ag 978.565/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2008, DJe 20/06/2008)"

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. REAJUSTE COMPLEMENTAR DE PLANO DE SAÚDE. APLICAÇÃO DE ÍNDICE UNILATERALMENTE ESCOLHIDO. VEDAÇÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 1.- É abusivo o reajuste de plano de saúde pelo índice que melhor atende aos interesses do fornecedor, sem que se acorde ou se dê ao consumidor qualquer informação a respeito do critério adotado. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1087391/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2009, DJe 05/05/2009)"

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DO CDC. POSSIBILIDADE. REAJUSTE ABUSIVO CONFIGURADO. MATÉRIA JÁ PACIFICADA NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83. I - A variação unilateral de mensalidades, pela transferência dos valores de aumento de custos, enseja o enriquecimento sem causa da empresa prestadora de serviços de saúde, criando uma situação de desequilíbrio na relação contratual, ferindo o princípio da igualdade entre partes. O reajuste da contribuição mensal do plano de saúde em percentual exorbitante e sem respaldo contratual, deixado ao arbítrio exclusivo da parte hipersuficiente, merece ser taxado de abusivo e ilegal. Incidência da Súmula 83/STJ. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1131324/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2009, DJe 03/06/2009)"

Da leitura dos julgados acima transcritos, verifica-se que também não merece acolhida o argumento de ofensa ao ato jurídico perfeito, uma vez que os efeitos das cláusulas contratuais condicionam-se a evento futuro e incerto, consoante acima exposto.

Destarte, considerando que as alegações dos autores apresentam-se devidamente comprovadas por meio dos documentos de fls.25/92, bem como que os tribunais superiores entendem que se aplica o Estatuto do Idoso aos contratos celebrados antes da sua vigência, é forçoso perceber que não assiste razão à apelante. Saliente-se que quando o Estatuto do


mdr



233

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Idoso entrou em vigor, os autores já contavam com mais de sessenta anos de idade.

No que tange ao pedido da apelante para que o prêmio seja fixado na importância de R\$2.188,78 (dois mil cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos), e não o montante de R\$2.001,31 (dois mil e um reais e trinta e um centavos) pleiteado pelos autores e fixado na sentença, argumentando que este é o valor do prêmio recalculado apenas com os reajustes decorrentes de índices autorizados pelo Governo, entendo que não merece prosperar.

Isso porque, a apelante não se insurgiu contra o referido valor em momento oportuno, qual seja, na contestação, limitando-se a rebater o mérito da causa sob o fundamento de que o contrato fora firmado antes do advento do Estatuto do Idoso.

Diante disso, cumpre esclarecer que não pode a apelante inovar sua tese de defesa em grau de apelação, haja vista o princípio da eventualidade. Razão pela qual, não lhe assiste razão também nesse mister.

Nesse trilhar, constata-se que não há o que se modificar na sentença vergastada, devendo ser mantida em todos os seus termos. (...)”

Sendo assim, não merece acolhida o pedido contido no presente recurso.

Sem mais delongas, passe-se à parte dispositiva.

Em face do exposto, vota-se por, primeiramente, receber, com base nos fundamentos acima expostos, o presente recurso de agravo. Em seguida, vota-se por **NÃO ACOLHER** o pedido recursal. Por fim, mantendo *in totum* a decisão vergastada, vota-se por **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso em análise.

É como voto.

Recife, de de 2010.


Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Relator